

Jornal do Engenheiro Agrônomo

Impresso
Especial

9912202447-DR/SPM
AEASP

...CORREIOS...

Impresso fechado pode ser aberto pela ECT

ANO 43, Janeiro/Fevereiro de 2013, nº 269



Nosso Café

Este ano, Brasil deve passar à frente dos EUA como o maior mercado consumidor do grão | **Pág 06**

Entrevista

Romeu Kiihl, o “pai da soja”, é o Engenheiro Agrônomo do Ano | **Pág 11**





Associação de
Engenheiros Agrônomos
do Estado de São Paulo
<http://www.aeasp.org.br>

Filiada a Confederação das Federações
de Eng. Agrônomos do Brasil (Confaeab)

Presidente Angelo Petto Neto
angelo.petto.neto@gmail.com

1º vice José Antonio Piedade
japiedade@ig.com.br | piedade@cati.sp.gov.br

2º vice Henrique Mazotini
henrique.mazotini@andav.com.br

1º secretário Ana Meire Coelho Figueiredo
anikka@lexxa.com.br

2º secretário Andrea Cristiane Sanches
andrea_sanches@uol.com.br

1º tesoureiro Tulio Teixeira de Oliveira
aenda@aenda.org.br

2º tesoureiro Celso Roberto Panzani
caccamp@terra.com.br

Diretor André Arnosti
andre_arnosti@hotmail.com

Diretora Francisca Ramos de Queiroz
nfr_queiroz@hotmail.com

Diretor Glauco Eduardo Pereira Cortez
glauco.cortez@uol.com.br

Diretor Luiz Ricardo Viegas de Carvalho
ricardoviegas@terra.com.br

Diretor Nelson de Oliveira Matheus Júnior
nmoliveira@codasp.sp.gov.br

Diretor Pedro Shiguero Katayama
pedrokatayama@bol.com.br

CONSELHO DELIBERATIVO

Alexandre Vieira Abbud, Arlei Arnaldo Madeira, Cristiano Walter Simon, Francisco Frederico Sparenberg Oliveira, Francisco José Burlamaqui Faraco, Guilherme Luiz Guimarães, João Sereno Lammel, José Eduardo Abramides Testa, José Luis Sussumu Sasaki, José Otávio Machado Menten, José Paulo Saes, Luiz Antonio Pinazza, Mário Ribeiro Duarte, Taís Tostes Graziano, Valdemar Antonio Demétrio

CONSELHO FISCAL:

Celso Luis Rodrigues Vegro, Luis Alberto Bourreau, Luiz Henrique Carvalho.

Suplentes: André Luis Sanches, Cássio Roberto de Oliveira, René de Paula Posso



Órgão de divulgação da Associação
de Engenheiros Agrônomos do
Estado de São Paulo

Conselho Editorial

Ana Meire C. Figueiredo, Angelo Petto Neto,
e Tulio Teixeira de Oliveira.

Diretor Responsável
Nelson de Oliveira Matheus

Jornalista Responsável
Adriana Ferreira (MTB 42376)

Secretária: Alessandra Copque

Produção: Acerta Comunicação

Diagramação e Ilustração: Janaina Cavalcanti

Redação: Rua 24 de Maio, 104 - 10º andar
CEP 01041-000 - São Paulo - SP
Tel. (11) 3221-6322 / Fax (11) 3221-6930
aeasp@sti.com.br/aeasp@aeasp.org.br

Envie mensagens com sugestões e críticas para
a editora: adriana@acertacomunica.com.br

Os artigos assinados não refletem a opinião da AEASP.
Permitida a reprodução com citação da fonte.

Com o JEA 269, iniciamos o ciclo de comunicação deste ano com nossos leitores. A AEASP se propõe a abordar assuntos que contribuam com a valorização das atividades da cadeia produtiva agrícola, destacando a atuação dos nossos colegas de profissão. Assim, serão apresentados artigos sobre os mais variados temas.



Foto: Divulgação

Neste bimestre há uma diversidade grande de assuntos, que destacam engenheiros agrônomos, profissionais de outras áreas, instituições, empresários e estudantes, todos intimamente ligados ao setor agrário.

Os destaques de capa do JEA nos remetem a duas lavouras de grande significado para a balança comercial brasileira, o café e a soja.

O café, que por muito tempo foi nosso principal produto de exportação e hoje conta também com um importante mercado interno, que valorizando a qualidade, assegura uma demanda de produção significativa.

Já a soja, como base de alimentação para grande parte da população mundial, é tratada na entrevista com o nosso Engenheiro Agrônomo de 2012, Romeu Khiil, renomado melhorista e um dos principais responsáveis pela evolução e expansão do grão no Brasil.

A dificuldade encontrada por grandes produtores na contratação de mão de obra qualificada é tema de outra reportagem do JEA 269. A matéria conta como a parceria entre um produtor rural da Bahia e uma importante indústria, utilizando consultoria especializada, permitiu encontrar jovens e talentosos engenheiros agrônomos para atuar na fazenda.

Como sempre, trazemos a contribuição de importantes articulistas que enriquecem o conteúdo do JEA com assuntos de extrema valia para a difusão de conhecimentos sobre o setor agrícola. Classificação toxicológica dos agrotóxicos, sequestro de carbono, marketing reverso no agronegócio e previsão econômica para 2013 são alguns dos temas em pauta.

Aproveito a ocasião para parabenizar e desejar sorte ao colega Julio Cezar Durigan que acaba de assumir a posição de reitor da UNESP. É mais um engenheiro agrônomo no comando de uma grande instituição, fato que certamente orgulha a categoria.

Boa leitura!

Eng. Agrônomo Angelo Petto Neto



Rua 24 de Maio, 104 - 10º andar
CEP 01041-000 - São Paulo - SP
Tel. (11) 3221-6322 Fax (11) 3221-6930
Site: www.aeasp.org.br
E-mail: aeasp@sti.com.br/aeasp@aeasp.org.br

Nomeação

Foi nomeado pelo governador Geraldo Alckmin o novo reitor da UNESP. Trata-se do engenheiro agrônomo Julio Cezar Durigan. O escolhido liderava a lista tríplice encaminhada pela UNESP ao governador, após resultado de consulta, via online a toda comunidade universitária. O novo reitor é professor da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV). Durigan e a nova vice-reitora, Marilza Vieira Cunha Rudge, tomaram posse dia 11 de janeiro de 2013. A cerimônia ocorreu no Memorial da América Latina, em São Paulo.



Empossados o novo reitor e a vice-reitora da UNESP: Julio Cezar Durigan e Marilza Vieira C. Rudge

Deu na revista Exame

A revista Exame de 14 de dezembro traz matéria assinada pelas jornalistas Camila Pati e Talita Abrantes, com o seguinte título: "Trinta profissões que estarão em alta em 2013". O primeiro profissional citado é o eng. agrônomo. Segundo a reportagem, o setor sucroalcooleiro vai demandar a mão de obra do agrônomo, pois ele é capacitado para buscar "a melhor produtividade com o menor custo, usando novas ferramentas tecnológicas, entre outras estratégias".

Muitas primaveras

No final de 2012, o Departamento de Ciências Agrárias da Universidade de Taubaté - UNITAU, em São Paulo, comemorou 33 anos de existência do curso de Agronomia. O evento contou com a presença de mais de 130 pessoas, dentre alunos e ex-alunos. O Departamento já formou 31 turmas de engenheiros agrônomos, os quais atuam em praticamente todos os Estados do Brasil e em muitos outros países. (Colaboração: Eng. Agr. Júlio Ribeiro)



"Amo o que faço"

No dia 5 de janeiro, o Programa "Globo Universidade", exibido na TV Globo, abordou o assunto África e destacou Cabo Verde, país cujo idioma é o português. Na reportagem, surgiu um engenheiro agrônomo, Sérgio Roque, brasileiro, formado pela UNITAU (SP), e que produz hortaliças pelo método hidropônico no país africano. Chamou a atenção a devoção com que ele se referiu ao curso de Engenharia Agrônoma e ao seu ofício. "Amo o que faço", afirmou. Desnecessária se faz descrever a importância de sua produção agrícola para àquela região.

Bonita homenagem

Evaristo Marzabal Neves, professor sênior do Departamento de Economia, Administração e Sociologia (LES) e diretor da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (1995/1999), recebeu uma bonita homenagem na Esalq. Um dos laboratórios que integram o Horto Experimental, o Laboratório de Estresse e Neurofisiologia Vegetal (LEPSE), foi batizado com o nome do docente. A iniciativa partiu do Departamento de Ciências Biológicas (LCB), responsável pela revitalização dessa área do Horto que abrange cerca de 1 ha.

Riqueza histórica

Merece destaque a publicação "Estação Experimental de JAÚ - Terra Roxa - vida e ciência na Estação Experimental de Jaú". Trata-se de um testemunho dos 75 anos da unidade de pesquisa agrícola SAA/APTA, instalada no município de Jaú (SP).

Em suas páginas, além da história da pesquisa agrícola regional, está relatada a vida de gente que fez diferença no cotidiano da antiga fazenda. Também são revelados fatos pouco conhecidos, como a importância que tiveram os antigos "Campos de Demonstração", embriões das Unidades de Pesquisa e Desenvolvimento (UPD). A obra registra o papel e a dedicação do eng. agrônomo José Cassiano Gomes dos Reis, o 'Zezé Reis'. Assim era chamado o pai do ex-presidente da AEASP, José Cassiano Gomes dos Reis Filho, recém-falecido. A ideia da publicação foi de colegas agrônomos, sendo desenvolvida pelos historiadores José Renato e Léa De Ungaro Almeida Prado.

Sequestro de Carbono

*Fernando Penteado Cardoso

Está na moda o termo sequestro de carbono-C. Não há escrito sobre ecologia e mesmo conservação do solo que não o mencione. Vem substituindo até o conceito tradicional de matéria orgânica-MO. Uma questão de modismo até certo ponto desiderativo.

Admite-se que o aumento da concentração de dióxido de carbono-CO₂ na atmosfera, ao reter o calor recebido do sol, seja responsável pela fase atual de aquecimento do nosso planeta. Lembra-se que ao longo da história geológica da terra já tivemos outros períodos de extremo calor, alternando-se com épocas muito frias chamadas de eras glaciais.

No decorrer das eras, o chamado gás carbônico- CO₂, foi sempre retirado da atmosfera pelos organismos vivos e fixado na forma de matéria orgânica, seja animal ou vegetal. Em tempos pré-históricos esse material carbônico se mineralizou principalmente como carvão de pedra e como petróleo, considerados como fósseis. Ao queimar carvão e destilados de petróleo, devolvemos C à atmosfera milhões de anos após dela ter sido retirado.

Em fase mais recente, outra retenção foi feita pelo crescimento das florestas, formando-se um estoque de C que, do mesmo modo e em muito menor escala, é devolvido à atmosfera seja pela queima após corte, -para eliminar a sombra que inibe as plantações- seja pela decomposição de folhas, galhos e outras partes.

Cientistas, ambientalistas e ecologistas recomendam que se queime menos combustíveis fósseis oriundos do carvão e do petróleo e igualmente menos vegetação (matas, cerrados, etc), embora esta tenha um significado comparativamente muito menor.

Admitem os especialistas uma reciclagem contemporânea do C, o que acontece quando se queima álcool ou óleos vegetais, além de madeira de plantações, liberando gás carbônico absorvido da atmosfera pouco tempo antes. É uma reciclagem aceitável



por ser de curto prazo, sem acrescentar C à atmosfera.

O fogo é sempre um espetáculo pirotécnico que chama a atenção, sendo assim condenado de uma maneira geral, muito embora possa representar uma reciclagem de curto prazo do C retido poucos meses antes. Quando se queimam as folhas secas da cana para facilitar a colheita, por exemplo, há uma devolução à atmosfera de menos de 10% do total de C absorvido por essa cultura no decorrer de seu ciclo vegetativo anual.

Recomendam, finalmente, que se procure reter ou fixar carbono atmosférico através da fotossíntese, ainda que temporariamente, na forma de plantas em crescimento, madeira (reflorestamento e culturas permanentes), cujos detritos ao se decomporem dão origem ao húmus. A esta retirada de C da atmosfera deram o nome de "sequestro".

O sequestro é temporário, com prazos variáveis, pois o C acaba retornando à atmosfera pela decomposição ou queima. O aumento do teor de húmus no solo talvez seja a retenção de ciclo mais longo, quase permanente, daí advindo sua importância.

Cumpra salientar a respeito que o sistema de plantio direto sobre solo recoberto de resíduos, bem como as pastagens permanentes, proporcionam ambientes altamente favoráveis à formação de húmus, com aumento do seu teor no solo, sendo assim recursos inigualáveis para o almejado "sequestro de carbono".

* Fernando Penteado Cardoso é engenheiro agrônomo sênior, ESALQ-USP, 1936



Divulgação

PARABÓLICA

CATI retoma produção de sementes de arroz

A CATI, por intermédio do seu Departamento de Sementes, Mudanças e Matrizes (DSMM), está retomando, neste ciclo agrícola, a produção de sementes de arroz. É o primeiro passo para revigorar a participação do Estado no cultivo do cereal na região do Vale do Paraíba. Foi firmada uma parceria entre a CATI Regional Guaratinguetá e a Cooperativa dos Produtores de Arroz (Copavalpa). O intuito, além do fomento ao cultivo do cereal, é incrementar o cooperativismo entre os produtores. Segundo a engenheira agrônoma Thaís Frigeri, técnica do Núcleo de Produção de Sementes de Taubaté, está prevista a produção de duas mil sacas de 40kg de sementes da cultivar Epagri-109, a mais plantada pelos produtores locais. As sementes serão comercializadas a partir de junho de 2013 e, além de Taubaté, rizicultores de outras regiões podem procurar pelas sementes em todos os Núcleos de Produção de Sementes da CATI para onde serão repassadas. Os endereços podem ser verificados no site www.cati.sp.gov.br



Por trás das faixas dos rótulos

*Tulio Teixeira de Oliveira

Recente disputa sobre a determinação de uma faixa toxicológica diferente de outra pré-existente para um produto formulado contendo o mesmo ingrediente ativo merece mergulhar um pouco na legislação para entender mais a questão e porque tanto interesse das partes.

A legislação brasileira divide os agrotóxicos, Produtos Técnicos e Produtos Formulados, em quatro Classes Toxicológicas: Classe I (Produtos Extremamente Tóxicos), Classe II (Produtos Altamente Tóxicos), Classe III (Produtos moderadamente Tóxicos) e Classe IV (Produtos Pouco Tóxicos).

Há testes laboratoriais a serem elaborados e critérios para definir em qual Classe o produto deve ser enquadrado.

Em primeiro lugar, uma análise dos aspectos toxicológicos crônicos (carcinogenicidade, mutagenicidade, teratogenicidade, neurotoxicidade, Imunotoxicidade e efeitos hormonais) é realizada com o Produto Técnico para aceitação ou rejeição do seu registro de uso.

Em uma segunda etapa, tanto para Produtos Técnicos quanto para Produtos Formulados, são analisados os aspectos toxicológicos agudos para a dose letal oral e dermal, a concentração letal inalatória, a irritabilidade ocular e a irritabilidade dermal. Para cada um destes testes existem parâmetros quantitativos dos resultados de forma a enquadrar o produto em uma determinada Classe Toxicológica. O resultado mais restritivo de cada um destes testes é o que prepondera para determinar a classificação.

A par desses critérios há uma regra básica estabelecida na Lei 7.802/1989, em seu art.3º:

“§ 5º O registro para novo produto agrotóxico, seus componentes e afins, será concedido se a sua ação tóxica sobre o ser humano e o meio ambiente for comprovadamente igual ou menor do que a daqueles já registrados, para o mesmo fim, segundo os parâmetros fixados na regulamentação desta Lei.”

O Decreto 4074/2002, que regulamenta a Lei 7802/1989, no seu art. 1º, item XXVII define que a expressão “novo produto” se trata de produto contendo ingrediente ativo ainda não aprovado no Brasil.

A Portaria 03/1992 do Ministério da Saúde, no item 1.3.6 das Diretrizes e Exigências, explica que a expressão “para o mesmo fim” significa “para as mesmas pragas”, ou seja, inseto, doença, erva daninha, etc.

Essas Classes Toxicológicas, para efeito de visualização ao público, são caracterizadas por cores em uma faixa no rodapé dos rótulos dos produtos formulados. Assim, produto Classe I tem faixa Vermelha, Classe II tem faixa Amarela, Classe III – Azul e Classe IV – Verde. É uma ordem decrescente de periculosidade aguda.

A intenção do legislador foi clara: os usuários devem buscar os produtos de Classes Toxicológicas de menor periculosidade, como a Azul e a Verde, em detrimento das Classes Amarelo e Vermelho, desde que o produto esteja indicado para a praga que afeta a sua lavoura. É uma escolha por preferência, não é uma obrigatoriedade, pois outros fatores influenciam na decisão; entre eles, o preço e custo por área, o conhecimento prático da eficácia do produto, a necessidade de manejo da resistência de determinadas pragas, a presença de fauna benéfica ou de agente de controle natural e a ação do produto sobre eles. Mas, com certeza, isso tem levado a uma salutar corrida



em busca de produto formulado com Classe Toxicológica mais baixa, para possibilitar um posicionamento mercadológico mais amigável que o do produto concorrente.

No contexto da legislação, o surgimento do regime de registro dos produtos pela Equivalência, com a edição do Decreto 4074/2002, veio facilitar a adoção desta diretriz toxicológica para Produtos Técnicos. Isso porque a Equivalência obriga que o Produto Técnico candidato contenha o ingrediente ativo e impurezas tal qual o Produto Técnico pré-existente. As variações quantitativas e qualitativas não podem levar o candidato a uma Classe Toxicológica de maior risco.

Por sua vez, no universo dos Produtos Formulados não há a figura da Equivalência e as quatro Classes podem subsistir para produtos contendo um mesmo ingrediente ativo, pois, como dito antes, as Classes Toxicológicas se limitam a situar efeitos agudos, os quais podem ter esses riscos bem administrados por medidas mitigadoras.

O uso de equipamentos de proteção individual, cuidados na preparação da calda e na aplicação e pós-aplicação, tratores com cabines fechadas, limitação de uso em algumas culturas e inclusão de substâncias amargas em determinadas formulações são algumas das medidas cabíveis. Também podem ser criadas zonas de exclusão entre a área de aplicação e os corpos d'água/residências/escolas/criação de animais, além do destino adequado das embalagens vazias e restos de produtos e a sinalização da área tratada, dentre outras ações.

A disputa citada neste artigo se deu, em um primeiro momento, na esfera executiva, mais precisamente quando a ANVISA avaliava um produto à base de ingrediente ativo ainda sem concorrente na praça. O assunto foi parar na Advocacia Geral da União, que deu um Parecer em linha com os dizeres da Lei 7.802/1989 e do Decreto Regulamentador 4074/2002, conforme já descrito, ou seja, a restrição de Classes se aplica apenas para “novos produtos”.

A ANVISA concedeu, então, o Informe de Avaliação Toxicológica. O Ministério da Agricultura tendo recebido esse documento, por seu turno, expediu o registro do produto.

Imediatamente, a empresa que monopoliza o ingrediente ativo no Brasil, até então, abriu Ação Judicial contra a União e contra a empresa que estava registrando o produto genérico. Em uma primeira decisão, o Juiz entendeu que um produto equivalente não poderia ter uma classificação toxicológica mais restritiva que o produto pré-existente e tomado como referência.

O Juiz deverá ser devidamente esclarecido sobre o fato de que o regime da Equivalência é só para Produtos Técnicos. Tanto assim que a ANVISA mantém uma listagem de Produtos Técnicos de Referência. Para Produtos Formulados, não há equivalência nem produtos de referência, e, portanto, vale a variação de Classes Toxicológicas decorrente do emprego dos co-formulantes (solventes e outros aditivos) presentes em cada produto comercial, ao lado do ingrediente ativo. Se a legislação prevê a existência de uma Classe I (extremamente tóxico) para Produtos Formulados é porque ela pode ser perfeitamente administrada em seus aspectos de toxicologia aguda, como demonstrado neste texto, caso contrário não haveria a tal Classe I.

*Tulio Teixeira de Oliveira é Eng. Agrônomo e Diretor Executivo da AENDA / www.aenda.org.br; aenda@aenda.org.br



O grão nosso de todo dia

Adriana Ferreira

O consumo interno de café no Brasil continua em linha ascendente. Entre maio de 2011 e abril de 2012, a Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) registrou o consumo de 19,975 milhões de sacas, um acréscimo de 3,05% em relação ao período anterior. A previsão é que neste ano o País passe à frente dos EUA, atual líder de consumo interno do grão.

Já o consumo per capita entre os brasileiros foi de 6,18 kg de café em grão cru ou 4,94 kg de café torrado, quase 83 litros anuais por pessoa, registrando uma evolução de 1,23% em relação ao período anterior. Esse índice continua sendo um dos mais elevados mesmo quando comparado com o de países europeus. Os maiores tomadores de café ainda são os países nórdicos – Finlândia, Noruega, Dinamarca – com um volume próximo dos 13 kg/por habitante/ano.

A forma como as pessoas têm tomado a bebida também mudou. Elas a consomem mais fora de casa, particularmente em padarias e cafeterias, onde houve um crescimento de 307% em oito anos.

Porém essa demanda crescente não ocorre à toa. Após um período de queda do consumo, a cadeia produtiva do café se organizou para aumentar a produção e melhorar a qualidade do grão nacional. Ao longo dos últimos 15 anos houve uma revolução nos cafezais e na indústria e os resultados agora se mostram.

Na lavoura, o investimento em mecanização, tecnologia, melhoramento e manejo, aliados a gestão das propriedades, com apoio das certificações, favoreceram os ganhos de produtividade e melhoria da rentabilidade das explorações. E na indústria, o lançamento de produtos diferenciados e a melhoria da qualidade, com programas de certificação completam a receita para o sucesso do setor.

Autor de um dos primeiros estudos sobre hábitos de consumo do café espresso, o pesquisador do Instituto de Economia Agrícola (IEA), Celso Vegro, membro da AEASP, estuda o café há mais de 20 anos. Em sua opinião, é provável que neste ano o Brasil supere os EUA como o maior país consumidor de café no mundo, congregando assim os três postos: primeiro produtor, exportador e consumidor da bebida. “Isso denota que está se fazendo a lição de casa”, comenta Vegro.

Ele lembra o trabalho desenvolvido nos últimos anos para se chegar a essa posição. O pós-colheita, por exemplo, passou por uma importante ruptura com a introdução do descascamento

do café cereja. “Com a possibilidade de mecanicamente separar e descascar os grãos efetivamente maduros dos verdes e dos boias (frutos temporões e secos), a qualidade se aproximou das colheitas realizadas a dedo, típicas dos países dos países centro-americanos e da Colômbia”, assinala Vegro.

Outro ponto que contribuiu para a evolução da cafeicultura foi o resgate de variedades tradicionais, especialmente do Bourbon Amarelo e do Caturra (Bourbon anão), que, segundo o pesquisador, possuem grau de doçura que as diferencia em qualquer certame de qualidade da bebida desde que bem preparadas no pós-colheita. Celso diz, ainda, que o crédito oferecido para a modernização das instalações de preparo do café também foi fundamental.

Ao lançar o Programa do Selo de Pureza, em 1989, a ABIC anunciou que pretendia reverter a queda no consumo de café que havia à época, por meio da oferta de melhor qualidade ao consumidor. Este foi o primeiro programa setorial de certificação de qualidade em alimentos no Brasil. Atualmente, ele certifica 1.082 marcas de café e já realizou mais de 53.000 análises laboratoriais em 23 anos de existência.

Em 2004, a entidade criou o Programa de Qualidade do Café (PQC), o maior e mais abrangente programa de qualificação e certificação para café torrado e moído, em todo o mundo, segundo a própria ABIC. O PQC certifica e monitora 496 marcas de café, sendo que 105 são de cafés Gourmet, de alta qualidade.

A ABIC acredita na crescente preferência dos consumidores por produtos monitorados quanto à qualidade e muitas marcas trazem os símbolos de seus programas de certificação de qualidade.

Catedrático em qualidade do café, o Dr. Aldir Alves Teixeira, que é



Celso Vegro

Arquivo pessoal

Além de maior produtor, em breve o Brasil será o maior mercado consumidor de café

engenheiro agrônomo e consultor científico da tradicional torrefadora italiana illycaffè, também acredita que, com a política de melhoria da qualidade do café adotada pela ABIC, o País alcançará em breve a liderança no consumo interno. “É muito importante, entretanto, que cada vez mais sejam adotadas as boas práticas agrícolas, seja no aspecto social, econômico ou ambiental. E o engenheiro agrônomo é peça fundamental nesse processo”, afirma o especialista.

Mais e melhor

Apostar em cafés de melhor qualidade, diferenciados e certificados é a chave para conquistar ainda mais adeptos no País. E, de acordo com os especialistas, o Brasil tem totais condições de atender a demanda de variados públicos. Na categoria de cafés especiais, o conhecido gourmet, também houve uma melhora considerável. Na década de 1980, uma importante torrefadora italiana, tinha dificuldades para encontrar cafés de qualidade no Brasil. Como o café era de fundamental importância na composição de seus blends, essa empresa resolveu instituir no País o Prêmio Ernesto Illy de qualidade do café para espresso, em 1991.



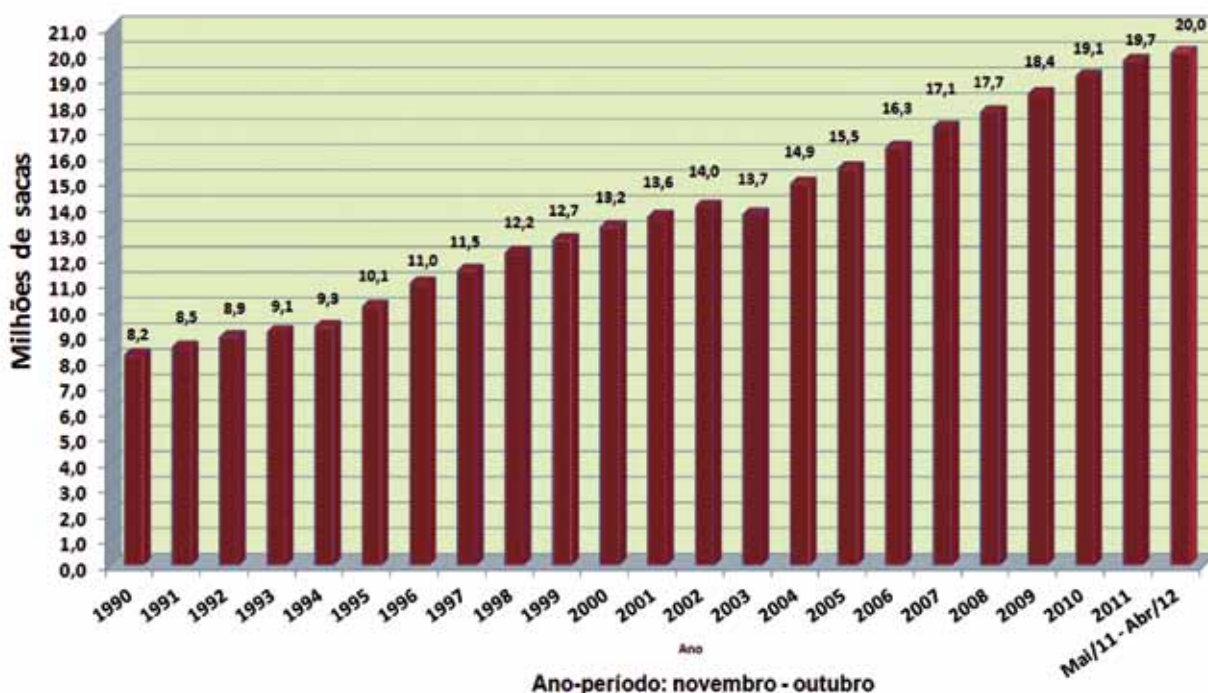
Aldir Teixeira

Já no primeiro ano de realização do concurso veio a grande surpresa. “O Brasil possuía sim cafés de alta qualidade”, relembra o doutor Aldir Teixeira. O Prêmio se tornou uma referência e está em sua 22ª edição.

Depois dele, surgiram outros com o objetivo de valorizar e premiar os cafeicultores, tais como o Concurso Estadual de Qualidade do Café de São Paulo - Prêmio Aldir Alves Teixeira, nas categorias Cereja Descascado, Café Natural e Microlote, em sua 10ª edição.

“Felizmente houve uma evolução na qualidade e processamento

Evolução do consumo interno de café no Brasil



do café no País”, diz Teixeira. “Os grãos descascados, produzidos no Brasil, são aqueles provenientes do café cereja que foram despulpados e mantidos com a mucilagem. Se bem preparados, irão produzir cafés de excelente qualidade, independente das condições climáticas”, afirma.

Entretanto para ampliar a oferta de produtos diferenciados é necessário que o café comercializado no País tenha menor quantidade de defeitos, adverte o consultor.

“Toda a cadeia produtiva precisa estar envolvida, desde o produtor, os técnicos agrícolas, o engenheiro agrônomo, as indústrias de máquinas de processamento, de benefício e rebenefício, as indústrias de torrefação e moagem até o consumidor final”, aconselha Teixeira. E completa. “Asseguro que quem toma um café de qualidade nunca mais quer tomar um inferior, mesmo por um preço maior.”

Certificação

A certificação mais antiga no Brasil é a dos orgânicos que se estruturou formalmente ainda nos anos 1990. E de acordo com Vegro, do IEA, o número de propriedades certificadas não para de se elevar. “Talvez o Brasil tenha o maior número delas no contexto de todas as agências de certificação. As duas maiores (UTZ e Rain Forest) já certificam cerca de 2 milhões de sacas”, comenta.

Ele ainda informa que o 4C (Código Comum da Comunidade Cafeeira) das transnacionais da certificação possui fortes parcerias com as cooperativas de produção em condição de ofertar grandes volumes.

Nas previsões do estudioso, o mercado para cafés certificados será crescente e majoritário em menos de 10 anos. “O Brasil parte na frente nesse quesito se posicionando como o principal fornecedor de cafés com certificados de diferentes conteúdos”, afirma Celso.

Os profissionais

O cenário de expansão do consumo de cafés convencionais e do tipo gourmet evidencia o papel do engenheiro agrônomo, aumentando a demanda por profissionais com conhecimento nessa cultura.

Por detrás de uma lavoura de elevada produtividade e qualidade existe sempre um agrônomo responsável, seja ele proprietário ou consultor. Na cafeicultura existem clubes que reúnem, periodicamente, os agrônomos que atuam na lavoura (cafeicultores, consultores e pesquisadores) para discutir temas dessa área.

De acordo com Celso, a troca de informações é imensa nas comunidades virtuais, como é o caso da Rede Social do Café. Nas cooperativas em que o café é o produto mais relevante sempre existe um departamento agrônomo com diversos profissionais que prestam assistência técnica para os cooperados.

No serviço público, a CATI-Café é composta por 40 profissionais que periodicamente se reúnem para troca de experiências e incremento da base de conhecimento sobre a lavoura. O Instituto Agrônomo também tem papel fundamental na trajetória dessa cultura, pesquisadores do IAC formaram os primeiros quadros da Embrapa Café, outro órgão de extrema importância.

Aldir Teixeira afirma que “quem realmente tem relevância no processo de melhora da qualidade é o engenheiro agrônomo, especialista em colheita, processamento e classificação de café”.

Porém ele faz um alerta: as escolas de agronomia e os órgãos de assistência técnica devem investir mais no ensinamento e treinamento dos agrônomos para um bom preparo do café. “Infelizmente a maioria dos cafeicultores não conhece a qualidade do café que produzem. Por isso a busca por pessoas especializadas na produção de cafés de qualidade está crescendo.”

Atestando o sabor

A procura por provadores de café e baristas também vem crescendo. Esses profissionais se encontram na ponta do processo, o primeiro atesta a qualidade do café e o segundo se dedica ao preparo de uma bebida perfeita.

Os provadores são profissionais treinados para degustar café e têm os sentidos bem desenvolvidos, principalmente, paladar, olfato e tato. Eles devem ter boa saúde, sanidade bucal, evitar abusos alimentares, não beber bebidas alcoólicas e não fumar.

O consultor da illyCafé salienta que o resultado de uma análise nunca deve ser dado por um único provador. “Na realidade, ela só é válida quando utilizamos uma equipe de provadores e com repetições. Dessa maneira a prova de degustação deixa de ser subjetiva e passa a ser objetiva. No Prêmio illy utilizamos sete degustadores, com quatro xícaras do mesmo café. Desta maneira temos 28 resultados pela mesma amostra”, explica Aldir.

Outra profissão diretamente ligada a essa expansão no consumo da bebida pelos brasileiros é o barista. Ele é preparado para extrair um bom café, principalmente o espresso. “Para isso é muito importante que ele saiba regular o moinho, a máquina de espresso, principalmente quanto a temperatura e pressão. Ele deve, ainda, cuidar rigorosamente da limpeza e saber extrair o café no tempo certo”, orienta o mestre.

Produção crescente

O Brasil registrou, em 2012, recorde na produção de café. Foram 50,83 milhões de sacas do grão, um volume 16% superior à safra de 2011. Essa também foi a maior safra registrada no País desde 2002/03, quando o volume chegou a 48,48 milhões de sacas.

Os dados estão na quarta estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento, (Conab), para o período. Em termos de volume, o arábica - que responde por 75% da produção nacional - apresenta crescimento de 6.155,5 mil sacas, e o conilon de 1.186,7 mil sacas de café beneficiado.

Os aumentos contínuos de produção se devem a maior utilização da mecanização, aliada às inovações tecnológicas e à boa gestão da atividade cafeeira, na avaliação do órgão.

Já a primeira estimativa da Conab na safra 2013 aponta colheita entre 46,98 e 50,16 milhões de sacas do produto beneficiado. O resultado representa redução entre 7,6% e 1,3%, se comparado à produção obtida na temporada anterior. A queda é normal, pois deve-se ao ano de baixa bialidade do produto, uma característica presente na cultura do café, que alterna uma safra maior com outra menor.

São Paulo

O Estado de São Paulo deverá colher entre 4 milhões a 4,7 milhões de sacas (60 kg) de café na safra 2013, de acordo com a primeira estimativa de produção realizada pela Conab, em parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento por meio do IEA-APTA e a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Este número é inferior à colheita da safra anterior, de 5,3 milhões de sacas.

Esta queda na produção poderá ser acentuada, caso não se observem a regularização das chuvas e a retomada do manejo das plantas nas próximas duas semanas, dizem os técnicos responsáveis pelo levantamento.

Coordenação, liderança e ambição

*Coriolano Xavier

Nos anos 1970, uma família operária ou de classe média gastava cerca de 200 minutos para preparar uma refeição trivial. Hoje, nas camadas sociais médias das mega cidades, com a mulher inserida no mercado de trabalho, são gastos cerca de 15 minutos. O que significa isso?

Quer dizer que a conveniência dominou o consumo alimentar, aumentando a presença de comida industrializada, semi-preparada, com porções reduzidas e embalagens facilitadoras. Significa, também, que os apelos sensoriais da maioria dos alimentos são expostos e “percebidos” pelas pessoas já no ponto de venda (é o marketing dos alimentos).

Nesse cenário, cresce a importância da escala, da eficiência e da qualidade na produção. Sustentabilidade também conta, seja para garantir a produtividade futura, seja para criar novos apelos de consumo e agregação de valor. E ainda há um trio de influência crescente na escolha dos alimentos, que é sua origem, segurança sanitária ou nutricional.

Juntando tudo, temos o combustível para a hegemonia de um modelo de gestão da produção rural marcado fortemente pela coordenação entre setores, dentro das próprias cadeias produtivas. Ele também é conhecido como “marketing reverso”, pois em geral vem sendo capitaneado por grandes marcas do pós-porteira. Veja alguns exemplos.

A Pepsico desenvolve há três anos um programa de coordenação entre bataticultores do Equador, Colômbia e Peru, com o objetivo de alinhar seus fornecedores a padrões melhores de tecnologia, produtividade, perfil de produto e sustentabilidade.

Uma grande rede de supermercados e uma marca de agro-

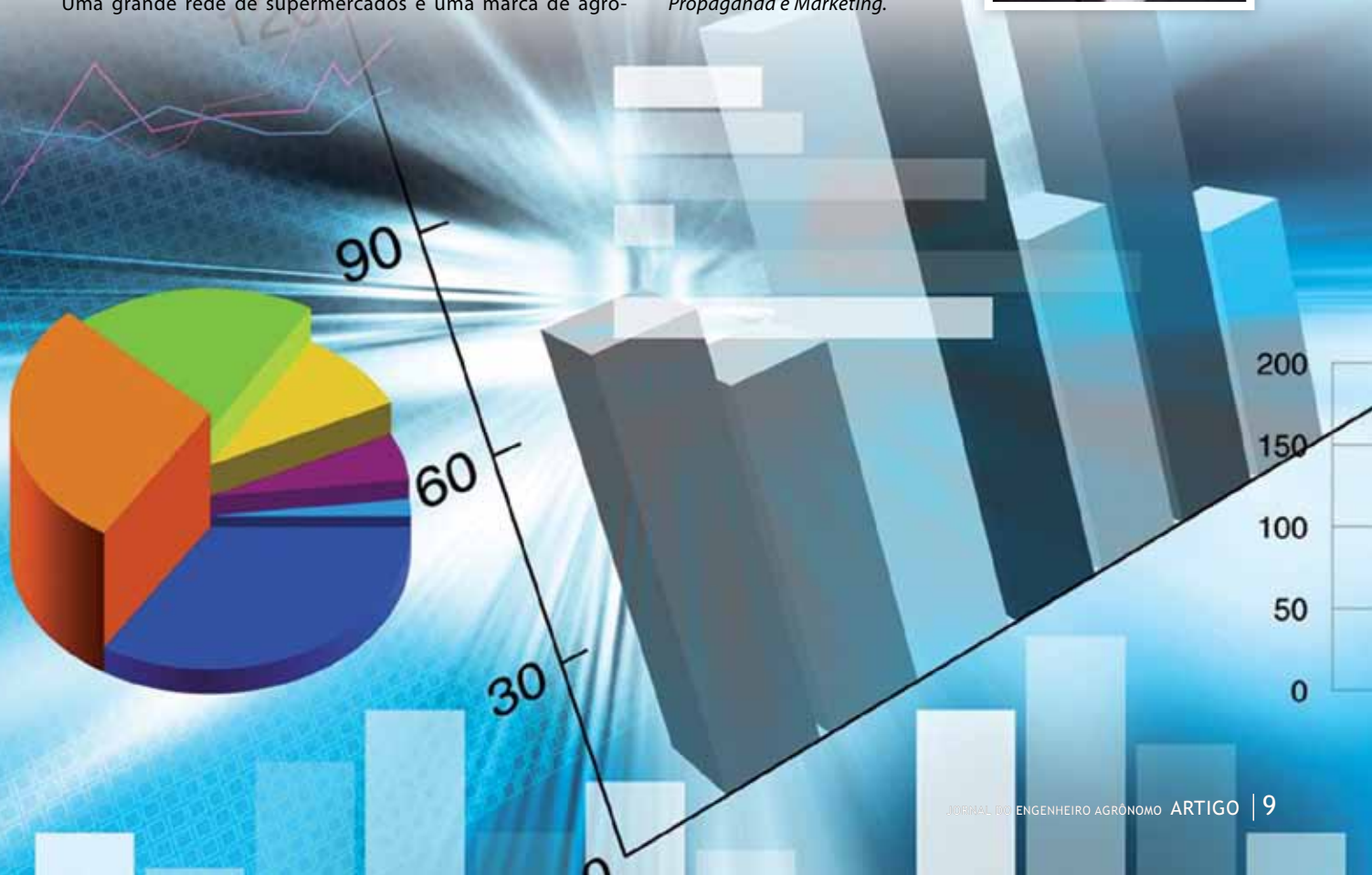
químicos desenharam uma parceria em ação técnico-educativa para maior capacitação do campo em controle fitossanitário de hortifrutis, de olho na segurança e qualidade dos produtos.

A qualidade da carne suína tem a ver com aspectos do manejo pré-abate dos animais e hoje já se vê a integração de agroindústrias com especialistas de empresas de genética, buscando melhorias no manejo final dos cevados, nas granjas fornecedoras.

São ações de coordenação dentro das cadeias, todas visando ganhos de percepção e valor na ponta do consumo. Emergem no campo silenciosamente e estão construindo um novo ambiente competitivo para o produtor. E por que não liderar ou co-liderar esses processos, antecipando-se e buscando parcerias no pós-porteira – seja individualmente ou através de associações e cooperativas?

Preparar-se para essa realidade emergente pode ser uma sinetonia com o futuro. Talvez precise de um empurrãozinho de ambição competitiva e liderança. Afinal, com mudança não se discute; fica-se de olho, até porque pode vir a ser uma grande oportunidade.

**Coriolano Xavier é membro do Conselho Científico para Agricultura Sustentável (CCAS) e Professor do Núcleo de Estudos do Agronegócio da ESPM – Escola Superior de Propaganda e Marketing.*



Romeu Afonso Kiihl

Descendente de alemães, filho de alfaiate, nascido na cidade de Caconde, interior de São Paulo, provavelmente o jovem Romeu não imaginava que chegaria tão longe quando partiu para cursar engenharia agrônoma na Esalq nos anos 1960. Em uma fase de muitas dúvidas, ele tinha uma certeza: queria ser pesquisador.

Passadas algumas décadas, Romeu Afonso Kiihl, 70 anos, construiu uma carreira notável como geneticista e tornou-se referência, dentro e fora do Brasil, em melhoramento genético de soja para regiões tropicais. Responsável pelo desenvolvimento de mais de 150 cultivares de soja, quando ele iniciou sua vida profissional no IAC, em 1965, a soja era uma cultura inexpressiva, plantada apenas no Rio Grande do Sul.

Ao desenvolver cultivares com período juvenil longo - adaptadas a regiões de baixa latitude - o agrônomo contribuiu para a expansão da cultura na região central do Brasil e, conseqüentemente, para que o País chegasse a posição de segundo maior produtor mundial do grão.

Egresso da turma de 1965 da Esalq, Romeu fazia os trabalhos da faculdade com um grupo que ele classifica como "fantástico", composto por Roberto Rodrigues, Rodolfo Hoffmann e Sebastião Antonio Garcia.

Ele passou pelo IAC e pelo IAPAR, mas foi na Embrapa que ficou a maior parte de sua vida profissional. Hoje, é diretor científico e melhorista de germoplasma da Tropical Melhoramento & Genética (TMG), empresa parceira no desenvolvimento de cultivares de soja da Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso (Fundação MT).

Pai de duas filhas, uma delas agrônoma, ele diz que teve o pri-

Responsável pelo desenvolvimento da soja no Brasil, ele foi escolhido pela AEASP como "O Engenheiro Agrônomo do Ano de 2012"

vilégio de estar preparado para as grandes oportunidades que surgiram em sua vida. Escolhido pela diretoria da Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo para ser o engenheiro agrônomo de 2012, ao saber da indicação Romeu declarou: "Receber um prêmio dos seus pares tem um valor maravilhoso, ainda mais sendo do meu Estado de origem".

■ Por que o senhor quis fazer engenharia agrônoma e, mais tarde, como foi a decisão de se tornar pesquisador?

Eu fui fazer engenharia agrônoma porque queria ser pesquisador. Na época, fiquei sabendo que o ITAL estava contratando e mandando esses estudantes para os EUA. O que hoje se chama engenharia de alimentos era um ramo da agronomia. Na Esalq, quando eu fiz a disciplina de genética descobri realmente o que eu gostava. Eu sempre passava férias na fazenda de um tio que era cafeicultor. Com ele aprendi que por mais complexa que seja a coisa existe sempre um modo de olhar que a simplifica. Quanto mais você conhece, melhor



ele estabelece os caminhos.

■ **O senhor tinha agrônomos na família, como se preparou para entrar na Esalq?**

Não, não tinha agrônomos na família, meu pai era alfaiate. Quando eu era jovem tinha um político na minha cidade, Caconde, chamado Pascoal Ranieri Mazili, e ele criou a Associação Cacondense Pró-Bolsa de Estudos, que dava uma bolsa para faculdade a quem terminasse o colegial em primeiro lugar. O pessoal da minha geração era estimulado a ser bom aluno. Para muitos de nós era “a chance” de fazer uma boa faculdade. Fiz agronomia na melhor escola da América do Sul e meu irmão fez matemática na Universidade de Chicago, por conta dessa bolsa. Vocês não têm ideia da capacidade de multiplicação que uma bolsa tem. Vários dos meus colegas que tiveram acesso a bolsa de estudos são profissionais destacados. A nossa presidenta tem um programa de bolsas [Programa Ciência Sem Fronteiras, que prevê o envio de 106 estudantes para intercâmbio internacional até 2015] que vai representar um sucesso muito grande para o nosso país.

■ **Como e quando começa o seu envolvimento com a soja?**

Em dezembro de 1965, fui trabalhar junto ao IAC e o Instituto de Pesquisa IRI, ligado a fundação Rockefeller, eles tinham um convênio para estudar leguminosas. E eu fui um dos bolsistas escolhidos para passar uma temporada no IRIS nos Estados Unidos. Lá, eu fiz pós-graduação com o Dr. Hartwig, considerado o melhor melhorista de soja da história. Eu fui o discípulo favorito dele, que me tinha como um filho. Ele tinha interesse em adaptar a soja para menores latitudes. Ele me disse: ‘você vai trabalhar em Campinas à 23 graus de latitude, e vai fazer uma tese aqui a 33 graus de latitude, estudando o florescimento e o crescimento em soja nas duas latitudes’. Ele me deu um treinamento em florescimento e fisiologia que foi fundamental para a minha vida.

Quando voltei, em 1968, o dr. Shiro, chefe da seção de leguminosas do IAC, queria desenvolver soja para entressafrada de arroz no Vale do Paraíba. Ele me levou para conhecer os trabalhos dele. Com os conhecimentos que eu já tinha ficou claro que conseguiria selecionar material para crescer bem em dias curtos.

Eu recebi a visita de um eng. agrônomo que trabalhava na Paraíba e perguntei se ele plantaria uma coleção de genótipos lá e se faria algumas observações. Quando ele me devolveu os dados, ficou claro que eu conseguiria selecionar soja em qualquer lugar do Brasil por combinação de época de plantio. Quando eu fui para a Embrapa isso foi fundamental para desenvolvermos um programa para o Brasil inteiro. Grande parte das variedades que a Embrapa lançou para o Nordeste e Norte brasileiros selecionamos em Londrina, a 23 graus de latitude’.

■ **Como resume sua trajetória?**

Tive sorte. Mas sorte é quando você está preparado para receber as coisas. Fiz o doutoramento também nos EUA e estudei a herança dessa característica que chamávamos de florescimento tardio da soja em dias curtos, hoje chamado de período juvenil longo, que permite adaptar a soja em qualquer latitude. O grande nome da soja no mundo foi meu orientador e eu aprendi tudo que ele sabia e vim com uma latitude 10 graus a menos que me possibilitava trabalhar de 33 até zero grau. Trabalhei em grandes instituições, mas a grande chance que tive na vida foi trabalhar na Embrapa porque interagia com pessoas de todas as partes do País. E tudo que eu pensava em fazer, tinha sempre um colaborador. Tudo que eu fiz, na verdade foi sempre o que “nós” fizemos. O aprendizado que tive no IAC, no IAPAR também foi maravilhoso. Aprendi a trabalhar em grandes equipes e me considero uma espécie de buraco negro, interajo muito bem com pessoas, sou um captador de informações, toda informação que um colaborador meu obtém eu assimilo, recombino e mando de volta.

■ **Qual trabalho o senhor desenvolve atualmente na TMG?**

Desenvolvo germoplasma com resistência a doenças e nematoides. Por exemplo, hoje temos uma doença muito séria, a ferrugem asiática, o custo do controle é de muitos milhões. E mesmo assim

ainda existe danos. A solução é uma combinação, inicialmente, de fungicida com gens de resistência. À medida que vamos identificando novos gens de resistência e combinando-os, vamos tendo a possibilidade de eliminar o uso de fungicida. Temos na nossa empresa uma equipe que trabalha muito nessa parte.

■ **O senhor enxerga muitos talentos nas novas gerações?**

Eu sou muito entusiasmado com alguns jovens cientistas que vão dar grandes contribuições. Os jovens que trabalham conosco, na TMG, são excepcionalmente inteligentes e bem formados. Sou entusiasmado com o futuro.

■ **O que é fundamental para assegurar um futuro promissor para o melhoramento?**

Mecanização e informática. Antigamente trabalhávamos com algumas milhares de plantas e linhagens, hoje são milhões. E a única forma de coletar e organizar os dados é através da mecanização e da informática, com programas bem bolados.

■ **É possível afirmar que o melhoramento é responsável por 50% do ganho de produtividade da soja nos últimos tempos?**

É verdadeiro e preocupante porque estou vislumbrando grandes investimentos em melhoramento e pouco em manejo. O melhoramento está nas mãos da iniciativa privada, que está fazendo uma série de investimentos. Já a parte de práticas culturais fica mais com universidades e pesquisas oficiais, e apesar de muito importante é pouco valorizado pelo pesquisador. Tem pouca gente trabalhando nela.

■ **Qual seria a solução?**

Acho que é preciso valorizar quem faz essa pesquisa. Esse tipo de pesquisa leva 10 anos para ter resultados confiáveis enquanto tem gente que trabalha em laboratório e divulga três trabalhos por ano. A contribuição desse pessoal é muito importante, mas pouca gente quer ir para essa área, porque é difícil caminhar rapidamente na carreira.

■ **Qual o principal inimigo da soja no campo atualmente e como estão os estudos para combatê-lo?**

Nematoides e doenças. Entre os nematoides, nematoide de cisto, entre as doenças, a ferrugem asiática é a mais importante. Para ambos os casos, os programas brasileiros estão bem equacionados. A qualidade do pessoal de pesquisa no Brasil é muito boa.

■ **Na comparação com os países desenvolvidos, qual nota o senhor daria para a pesquisa agrícola brasileira?**

Se eu der 10 para os EUA, dou nota 8 ou 9 para nós. Somos tão bons quanto eles e talvez mais criativos. A dificuldade aqui é o acesso a equipamento e reagentes. Se você precisa de um primer nos EUA, consegue de um dia para o outro; eles são disciplinados e ágeis. Aqui vai parar na ANVISA, que vai ficar não sei quantos meses para decidir. Nós tendemos a burocratizar tudo. Mas conseguimos contornar essas dificuldades porque somos criativos. Essas coisas dificultam, mas não impedem nosso desenvolvimento.

■ **O Brasil se tornará o primeiro produtor mundial de soja? Quando?**

Se tivermos um ano muito bom, pode ser até esse ano. Não tenho dúvida nenhuma que seremos o primeiro. A soja é um sucesso tão grande e uma das principais razões é porque ela é uma leguminosa que tem capacidade de fixar nitrogênio, não precisa aplicar adubo nitrogenado, que representa uma economia incrível. Mas o futuro nosso vai passar por algo que chamamos de exploração agro-silvo-pastoril, num sistema de rotação e nesse sistema a soja se encaixa que é uma maravilha. Seremos imbatíveis quando amadurecermos esse sistema.

■ **O senhor pode citar algum momento muito marcante em sua carreira?**

Em 1983, quando ganhei o Prêmio Frederico de Menezes Veiga, da Embrapa. A instituição estava completando 10 anos de existência. Esse é o maior presente que a gente pode ganhar no Brasil na área de pesquisa agrícola. E me deixou muito entusiasmado.

Parceria bem sucedida

Programa oferecido pela indústria ajuda produtor a encontrar mão de obra qualificada para a fazenda

*Adriana Ferreira

A gestão das propriedades rurais vem sofrendo transformações profundas, importantes para que as agroempresas possam se tornar cada vez mais eficientes. Nesse contexto, elas demandam serviços que antes só eram utilizados pelas empresas urbanas. Um exemplo disso é a necessidade de aprimorar o processo de seleção, contratação e desenvolvimento de mão de obra porteira adentro.

Esse movimento é sentido especialmente nas grandes propriedades. O caso do produtor Ademar Marçal ilustra bem essa situação. Na década de 1990, ele migrou com a família do Mato Grosso do Sul para Riachão das Neves, na Bahia, após identificar o potencial da região para os seus negócios. Começaram com 2.200 hectares, hoje a Fazenda São Francisco possui 50 mil ha, dos quais 30 mil ocupados com as lavouras de soja (56%), algodão, (40%), e milho, (4%).

Tamanho crescimento se explica pela experiência de Ademar em cultivar nos solos do Cerrado e também por sua visão empresarial. "Nosso projeto era chegar em um curto prazo a fazer 100% de agricultura de precisão. Mas, em 2005, começamos a enfrentar as dificuldades de buscar gente no mercado que tivesse esse conhecimento", revela o agroempresário.

O produtor afirma que os engenheiros agrônomos recém-formados não possuem qualificação para atuar numa fazenda. Outro aspecto que dificulta as contratações, segundo ele, "é a ideia equivocada que alguns jovens têm do ambiente rural, como sendo um lugar rudimentar, isolado do mundo". "Hoje, as propriedades respiram tecnologia, têm toda infraestrutura e conforto e dentro delas você está conectado com o mundo", assegura Marçal.

Os entraves na contratação de profissionais qualificados poderiam barrar os planos de crescimento da Fazenda São Francisco. Mas as coisas começaram a mudar quando Ademar relatou seu problema ao diretor comercial da Bayer CropScience.

A companhia possui um programa de relacionamento chamado Bayer AgroServices, em que as compras de produtos da marca pelos produtores rurais se reverte em pontos que podem ser trocados por



Luis Offa, gerente de estratégia de clientes da Bayer CropScience

serviços de consultoria, tanto na área técnica quanto de gestão. Um dos serviços é o Bayer Desenvolvimento de Talentos Humanos, que ajuda empresários e executivos na administração de mão de obra.

A multinacional colocou à disposição do produtor os serviços da consultoria paulistana RF, especializada na gestão de pessoas. Já no primeiro ano, a empresa, que trabalha para a Bayer em outros projetos, identificou e recrutou 40 egressos do curso de engenharia agrônômica, dos quais 10 foram contratados para trabalhar durante seis meses, período da safra, como monitores de pragas do algodão.

O problema de seu Ademar foi resolvido. O projeto já está em sua 4ª edição e foram contratados 35 profissionais, sendo 31 Engenheiros e quatro Técnicos. "A nossa lavoura quase não tem defeito, é 100% agricultura de precisão, e tudo coordenado por eles. É o fruto excepcional que estamos colhendo nesses quatro anos", comemora o produtor.

E ele ainda acrescenta. "Para nós foi uma surpresa fantástica porque precisamos entender que os jovens tinham muito potencial e pouco conhecimento da realidade do campo. Eles trouxeram o que aprenderam nas universidades e desmistificaram a ideia de que morar na fazenda é primitivo".

Na opinião de Luis Offa, gerente de estratégia de clientes da Bayer CropScience, identificar e reter talentos já não são suficientes para a empresa ser competitiva. "É preciso capacitar e desenvolver suas equipes, estabelecer processos e manter as pessoas motivadas e engajadas à missão e à visão estratégica do negócio", diz. O executivo afirma que esta é a linha adotada junto aos clientes Bayer Agro Services.

Ele destaca também a parceria e a expertise da RF Consultoria. "Neste caso do Ademar Marçal, por meio desta frente diferenciada, a RF identificou e contratou jovens talentos que poderão contribuir para o desenvolvimento e crescimento de seus negócios".

Oportunidade para agrônomos

Além de assegurar os bons resultados e os planos de crescimento da São Francisco, a consultoria na contratação de monitores de pragas oferece muitas vantagens para os engenheiros agrônomos em



O produtor Ademar está feliz com a contratação dos engenheiros agrônomos para a sua fazenda

início de carreira.

Os jovens recém-saídos da faculdade ou mesmo aqueles com até dois anos de formados ganham uma experiência altamente proveitosa. Os cerca de 10 selecionados têm todos os direitos assegurados, salário compatível e recebem 30 treinamentos em todas as áreas relacionadas aos cultivos da propriedade, que possui parceria com universidades e empresas.

Além disso, em média, seis pessoas são efetivadas e passam a ocupar funções diversas na agroempresa, que está em plena expansão. "Selecionamos futuros gerentes, coordenadores técnicos e administradores de unidades de produção", conta o proprietário.

Segundo Cristiane Domingues, sócia da RF, 15% dos jovens são absorvidos na fazenda e os demais vão para multinacionais ou para empresas locais, uma vez que o oeste baiano é um polo de agroempresas.

Um mundo novo

A engenheira agrônoma Josilaine Emanuelle do Prado, 27 anos, é uma das selecionadas pelo programa Bayer Desenvolvimento de Talentos Humanos. Ela passou a maior parte de sua vida em Campinas (SP) e embora tenha morado por curtos períodos em regiões rurais, confessa que nunca tinha visto uma lavoura do tamanho daquela que encontrou na Fazenda São Francisco. "Foi um espanto quando vi aquele campo infinito", recorda.

A campineira também ficou impressionada com as instalações. "Não imaginava uma estrutura tão moderna, com escritório, refeitório, prédios para moradia, tudo muito organizado, até projeto de paisagismo tem na sede da fazenda", conta a moça que entrou como monitora de pragas e hoje é coordenadora de tecnologia.

A propriedade dispõe de acomodações com separação para homens e mulheres. Josi se diverte ao lembrar de suas reações quando lhe mostraram seus aposentos. "Eu e minhas colegas encontramos uma casinha toda arrumada, com micro-ondas, dois quartos, edredom. E eu esperava dormir numa tapera, em cima de um colchão", (risos).

Das cinco engenheiras agrônomas que entraram junto com Josi, em 2009, ela foi a única que ficou e diz que não arrepende. "Tudo que eu sei aprendi aqui. O conhecimento que adquiri foi fantástico. Sempre tivemos contato direto com o engenheiro agrônomo responsável e com o seu Ademar, com quem podíamos tirar dúvidas."

Ela avisa, no entanto, que é preciso estar preparado para a saudade da família, que no começo incomoda mais, e também para encarar o ritmo do trabalho no campo que inclui passar o dia todo na lavoura, com sol ou chuva, andar cerca de 4 km, agachar e levantar constantemente. Mas a moça diz que trabalhava ciente de que ser monitora era uma fase. "Não ia fazer aquilo para sempre", completa.

Os engenheiros agrônomos, bem como os demais funcionários da São Francisco, cerca de 400, moram na propriedade durante a semana, trabalham de segunda à sexta, e aos sábados por meio período, os domingos são livres.

O casal Josi e Rinaldo, ambos do interior de SP, decidiu se estabelecer na Bahia



A coordenadora de tecnologia da São Francisco agora divide seus aposentos com o noivo, o também engenheiro agrônomo Rinaldo, que foi selecionado pelo mesmo programa e hoje é coordenador de unidade. O casamento está marcado para setembro e eles já decidiram se estabelecer na região, pois enxergam nela grandes oportunidades para agrônomos.

Quando não estão no trabalho, os jovens frequentam as cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães - ou LEM, como é chamada - próximas à fazenda. "Meus amigos que ficaram em São Paulo têm muito mais dificuldade de conseguir emprego. E quando conseguem, a remuneração não é tão boa quanto a nossa", conclui ela. Para se atualizar, Josi faz MBA em Gestão Estratégica do Agronegócio pela filial da Faculdade Getúlio Vargas em LEM.

Como participar

Entre os engenheiros agrônomos que têm participado da seleção, cerca de 80% são do Sudeste (interior de São Paulo) e 20% do Centro-Oeste, mais especificamente Goiás, informa Ruth Ferraz, uma das proprietárias da RF. Porém as vagas são anunciadas para todo o Brasil.

A seleção, realizada em um dia, é feita em Ribeirão Preto (SP). O deslocamento para o processo seletivo é custeado pelo próprio candidato.

Além de dinâmicas e entrevista, os jovens assistem a uma apresentação da Fazenda São Francisco e do cenário do agronegócio no Brasil feita por seu Ademar. É imprescindível que o interessado já tenha concluído a faculdade.

Também é essencial que a pessoa tenha capacidade de adaptação e disponibilidade para morar fora. "Avaliamos o interesse e a força de vontade do candidato, pois nem todos que se formam agrônomos querem trabalhar em fazenda", salienta, Ruth.

O processo seletivo começa em setembro e a RF divulga as vagas em sites especializados, onde o candidato pode fazer a inscrição. Se for recrutado, ele recebe convocação online para comparecer.



Agrônomos da Região Sudeste contratados para trabalhar na Fazenda São Francisco, na Bahia

Receituário Agrônômico

Justiça valida a posição da Câmara Especializada de Agronomia

Recentemente o Crea-SP ganhou na Justiça uma causa que pode significar um divisor de águas na história das análises processuais dentro do Conselho: a 17ª Vara da Justiça Federal reconheceu que a Câmara Especializada de Agronomia (CEA) tem competência para reconhecer as atribuições profissionais (da modalidade em questão) em conformidade com o histórico escolar do curso frequentado. A notícia se refere ao caso de um profissional que impetrou mandado de segurança contra o Coordenador da CEA, para que este lhe concedesse certidão de atribuições profissionais para a prescrição de Receituário Agrônômico.

Após análise do então Coordenador da CEA do Crea-SP, Eng. Agrônomo Daniel Antônio Salati Marcondes, a sentença, ainda passível de recurso, foi proferida pela Juíza Federal Substituta da 17ª Vara, Dra. Maria Fernanda de Moura e Souza, que conclui: "O que se percebe é que a própria legislação confere suporte à conduta da autoridade (no caso a CEA do Crea-SP) de reconhecer as atribuições profissionais (da modalidade em questão) em conformidade com o histórico escolar do curso frequentado, inexistindo, assim, qualquer ilegalidade passível de correção", julgando improcedente o pedido do profissional.

A Superintendência Jurídica do Conselho explica que "a Justiça Federal de São Paulo tem cristalizado o entendimento de que o Crea-SP e suas Câmaras Especializadas, ao exercerem a sua competência legal de analisar e julgar os pedidos de registro e atribuições, pode e deve exercer tais atribuições na exata medida da respectiva formação de cada profissional, não podendo conceder atribuições nem incompatíveis e nem superiores à respectiva formação, devendo, para tanto, no caso dos técnicos, observar as limitações previstas na Lei nº 5.524/68, regulamentada pelo Decreto nº 90.922/85".

Aplicação de agrotóxicos

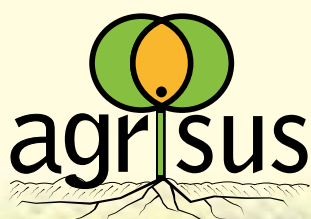
Segundo o Eng. Agrônomo Daniel Antônio Salati Marcondes, que era o Coordenador da CEA do Crea-SP à época da ocorrência, "apesar de todas as vantagens que o controle químico possa oferecer, quando temos acesso às informações referentes aos danos que causam ao ser humano e ao meio ambiente podemos questionar se o binômio forma/conteúdo no uso de agrotóxicos está sendo aplicado corretamente".

Salati lembra que "em plena era da globalização, a tecnologia desenvolvida e moderna, em seus mais diversos setores, defronta-se com a falta de alimentos no mundo. Na busca de soluções para o controle de plantas daninhas, pragas e doenças nos cultivos, o uso de agrotóxicos ainda é o método mais utilizado devido aos seus resultados imediatos, além de sua extrema praticidade e economia".

"Porém – adverte o engenheiro agrônomo – existem dados estatísticos importantes de mortes, sequelas e doenças causadas por intoxicações, que na sua grande maioria são casos resultantes da falta de cuidado ou de segurança nas aplicações e do desconhecimento daqueles que estão direta ou indiretamente envolvidos com o comércio e o uso desses produtos, sem nenhuma orientação técnica".

A orientação do Crea-SP

"Para que a segurança do homem, dos seres vivos e do meio ambiente seja preservada, existem normas que regulamentam o uso e os cuidados no manuseio de agrotóxicos". Segundo a legislação, somente profissionais da área agrônômica habilitados, dentro de suas áreas de competência, estão autorizados a emitir os receituários agrônômicos. "É imprescindível – frisa Salati – que o receituário seja elaborado somente após a visita de um técnico ao local da aplicação, para que o problema seja analisado, avaliado, sejam medidos os fatores ambientais e verificadas as implicações na ocorrência do problema fitossanitário e na adoção de prescrições técnicas". Outras orientações do Crea-SP prescritas pelo ex-coordenador da Câmara de Agronomia referem-se aos equipamentos de proteção individual (EPIs) e à destinação adequada de embalagens vazias.



FUNDAÇÃO AGRISUS
agricultura sustentável

Financia projetos de:

- Educação individual (bolsas e viagens);
- Educação coletiva (eventos, publicações);
- Pesquisas técnicas, com o objetivo de melhorar a fertilidade sustentável do solo com ambiente favorável.

www.agrisus.org.br

Contribuição do agronegócio continuará decisiva

**Eduardo Daher*

O ano de 2013 se inicia, na esfera da economia mundial e brasileira, sob um cenário que exige atenção. A notícia preocupante, para todos os segmentos produtivos, foi o fechamento das contas de 2012 referentes à produção de bens e serviços, o PIB. Nos dois anos anteriores, 2010 e 2011, o Brasil atravessara incólume o abalo econômico mundial, quando a expressão “crise” atormentava governos, empresas e cerca de 200 milhões de trabalhadores desempregados nos Estados Unidos, Japão, Itália, Espanha, França e outros países desenvolvidos. Em 2012, porém, foi a vez de o Brasil ser atingido pelos sinais de recessão.

De acordo com o Fundo Monetário Internacional, FMI, o crescimento do PIB brasileiro não deve passar de 1%. A economia global, entretanto, mostrou desempenho bem melhor. Segundo o FMI, os países crescerão, em média, 3% – nada mal, portanto, quando se considera a hecatombe que alguns especialistas chegam a vaticinar. Mas um aspecto chama a atenção nos números: segundo o FMI, os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos têm motivos ainda fortes para festejar 2012, já que devem alcançar a expressiva alta, ponderada, de 5,3%.

O ano passado, para a economia do Brasil, portanto, reforça a saúde dos dois anos anteriores, 2010 e 2011, quando os desempenhos foram excelentes. Em 2010, a alta do PIB na casa dos 7,5%

– o maior crescimento desde 1986. Em 2011, mesmo com a crise já causando efeitos deletérios em todo o mundo, ainda assim o PIB brasileiro cresceu razoáveis 2,5%.

O desempenho pífio da economia no País, em 2012, deve servir como reflexão para o papel decisivo da produção agropecuária – leia-se o cultivo de alimentos, fibras e energias renováveis – para o crescimento sustentado do País. Se não, vejamos.

O saldo comercial do agronegócio cresceu 574,1%, entre 1992 e 2011, e continuou positivo mesmo entre 1995 e 2000, quando o conjunto do comércio foi deficitário. O total exportado aumentou 615,3% naquele período, mas com participação decrescente dos manufaturados nos últimos anos.

Há um componente essencial que torna a produção agrícola fortíssima aliada do crescimento sustentado. É o fato de que a maior produtividade agrícola, apoiada na inovação tecnológica, gera trabalho e renda no campo e nas cidades; garante a cesta mais farta de alimentos e o uso de energias renováveis. Embora o cenário macroeconômico exija atenção, há a certeza de que, no ano de 2013 que se inicia, a contribuição do agronegócio continuará decisiva para o País.

**Eduardo Daher é diretor-executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)*





Fique atento!

Contribua com sua entidade

Prezado associado da AEASP, ao preencher a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) não se esqueça de registrar no campo 31 o número 58. Desta forma você estará ajudando a AEASP a obter mais recursos que serão revertidos em seu benefício. Se o emissor deixar o campo 31 em branco a alíquota não é repassada a nossa entidade e vai direto para o Confea.

Os tipos de ARTs específicas para o engenheiro agrônomo são as de Obras, Serviços, Receituário Agrônomo, Desempenho de Cargo/Função e Crédito Rural.



AEASP na Rede

Criada recentemente, a página da AEASP no Facebook só aumenta em número de amigos. Faça parte dessa rede você também.

Endereço: <http://www.facebook.com/aeasp.novageracao?fref=ts>

Atualização do cadastro



A comunicação no mundo de hoje é dinâmica e o meio eletrônico passou a ser imprescindível para desenvolver qualquer atividade. Entretanto o cadastro de sócios da AEASP não possui o email de aproximadamente 40 % de seus membros. Por isso a AEASP pede a sua colaboração para a atualização desses dados. Envie seu nome e seu endereço eletrônico (email) para: aeasp@aeasp.org.br

Para anunciar no JEA ou recebê-lo, entre em contato:

Rua 24 de Maio, 104 - 10º andar
CEP 01041-000 - São Paulo - SP
Tel. (11) 3221-6322 | Fax (11) 3221-6930
aeasp@sti.com.br/aeasp@aeasp.org.br

**Jornal do Engenheiro
Agrônomo**

Ajude-nos a aprimorar o conteúdo do JEA. Envie suas sugestões e críticas para a redação. Encaminhe suas mensagens para: adriana@acertacomunica.com.br; aeasp@aeasp.org.br